

Impeachment

Aprovada a abertura de processo de contra o prefeito Kadu Müller



Câmara ficou lotada durante a votação de dois pedidos de impeachment

Guilherme Baptista

MONTENEGRO – O município já ficou conhecido pelas cassações de prefeitos nos últimos anos. Paulo Azeredo foi afastado em 2015 e Luiz Américo Alves Aldana em 2017. O atual prefeito Carlos Eduardo Müller, o Kadu (PP), era vice de Aldana e está no comando da Prefeitura desde setembro de 2017. O próprio Kadu já foi alvo de cinco pedidos

de impeachment. Dois pedidos foram arquivados e um foi retirado pelo denunciante. Mais dois pedidos de impeachment foram votados na última quinta-feira, dia 6. Um foi rejeitado e o outro acabou sendo aprovado.

Foi a primeira sessão ordinária da Câmara em 2020, após os vereadores voltarem de recesso. E assim como em outras votações de pedidos de impeachment, o auditório estava lotado, principalmente de

apoiadores do prefeito.

Quinto pedido

O quinto pedido de impeachment contra Kadu deu entrada na Câmara na última quarta-feira, dia 5. Como ainda no ano passado já tinha sido protocolado outro pedido de cassação, que ainda não tinha sido apreciado em plenário, os dois foram votados na noite desta quinta-feira. Foi um fato inédito, numa sessão histórica. E ao contrário das vo-

tações anteriores, após resolução do Supremo Tribunal Federal (STF), agora o processo pode ser aberto com maioria simples. Antes era necessária maioria absoluta, de dois terços, o que no caso de Montenegro, que tem dez vereadores, sete votos. Outra diferença é que agora o presidente da Câmara não vota, só em caso de empate.

Primeiro foi votado o pedido de impeachment que foi protocolado em 20 de dezembro pelo li-

der comunitário João Santos, alegando o não cumprimento da Lei do Plano Diretor. Esse pedido foi rejeitado por 5 votos a 4.

Depois foi a vez da votação do pedido de impeachment relativo as denúncias quanto a coleta do lixo. Letícia da Silva, ex-funcionária da Prefeitura e da empresa Komar Rental, responsável desde 2012 pelo recolhimento de lixo no município, foi quem apresentou a denúncia. O mesmo tema

já tinha embasado um pedido de cassação feito no ano passado pelo ex diretor de trânsito Alex Sandro da Silva. O pedido de Alex chegou a receber 6 votos, mas na época eram necessários 7 para abrir o processo. Depois ele reapresentou o pedido no final do ano passado, mas decidiu retirar. Denúncias envolvendo o lixo também geraram um requerimento para abertura de CPI.

Num primeiro momento, a denunciante